

**CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CEDCA**

**ATA DA 87ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008**

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, na sua sede, sito à rua Correia de Araújo número noventa e três no bairro das Graças - Recife, é realizada a octogésima sétima Assembléia Extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A coordenação dos trabalhos foi feita pela Presidente, Eleonora Pereira da Silva, titular da Casa de Passagem. Registre-se a presença dos seguintes conselheiros: Eleonora Pereira da Silva; Maria Madalena Peres Fucks, Titular da Cidade Evangélica dos Órfãos; Maria da Conceição Silva, titular do Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA); Gênova Maria Silva, titular da Associação Santa Clara; Rosa Maria Lins de Albuquerque Barros Correia, suplente do Gabinete Civil; Daniel Ferreira de Lima Filho, suplente da Secretaria de Defesa Social, Regina Celi de Melo André, suplente da Secretaria de Educação; Almerly Bezerra de Melo e Ana Célia Cabral de Farias, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. A conselheira Luzineide Cordeiro justifica sua ausência devido a compromisso com o conselho municipal de Serra Talhada. Registre-se, ainda, a presença do diretor executivo José Fernando da Silva e dos técnicos, Silvino José do Nascimento Neto, Sarita Ferreira e Eliane Mamede. Também esteve presente, no horário da tarde: Acácio Carvalho, Secretário Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social do Estado, Leopoldo Maranhão, do Conselho Estadual de Assistência Social, Suelly Cysneiros, da FUNDAC, representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e/ou da Secretaria de Assistência Social dos municípios de Recife, Caruaru, Palmares, Santa Cruz do Capibaribe, Limoeiro, Abreu e Lima, Garanhuns, Cabo de Santo Agostinho, Barreiros, Gravatá, Jaboatão, Olinda, Paulista, Timbaúba, Igarassu e Itapissuma. A Presidente dá as boas-vindas, e submete a pauta à aprovação da plenária. O diretor executivo solicita a inclusão de mais um ponto: apresentação, pelo Juiz Humberto Vasconcelos, da proposta de construção da sede do CEDCA no terreno da FUNDAC situado na Rua Fernandes Vieira. A pauta é aprovada com mais essa matéria. Os Conselhos Municipais devem apresentar projetos para o conveniamento visando contribuir no processo de municipalização da Liberdade Assistida em Pernambuco, com recursos do FEDCA/PE, observando-se o SINASE e a Resolução N° 20/2008 do CEDCA/PE. Para este processo, o CEDCA/PE tem a disponibilidade, neste ano de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), ressaltando-se que no ano passado foram repassados apenas R\$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais) a um número reduzido de municípios (04). Como o fortalecimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto é uma prioridade para o CEDCA/PE, buscou-se ampliar essa ação em 2008. A Conselheira Conceição informa que o município de Glória do Goitá está realizando este trabalho e não está contemplado no quadro apresentado. Também a técnica da FUNDAC, Suelly Cysneiros registra que Arcoverde tem implementado uma discussão, com o envolvimento de vários segmentos, visando à implantação no município da Liberdade Assistida. O Conselho aprova a inclusão dos municípios de Glória do Goitá e Arcoverde. A Conselheira Madalena explica que o recurso será repassado Fundo (Estadual da Criança e do Adolescente) a Fundo (dos Municípios) e os projetos enviados deverão ser coordenados pelas respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social. As ONG's podem executar referidos projetos, mas quem responderá pelos mesmos serão as Secretarias Municipais de Assistência Social, tendo em vista a importância de se fortalecer o processo de municipalização, na perspectiva de garantir a inclusão dessa ação no PPA (Plano Plurianual) dos municípios. As conselheiras Gênova e Conceição registram a preocupação de que talvez essa via formal possa não funcionar em alguns municípios, caso não

53 haja um bom entendimento entre as ONG's e o gestor municipal, com prejuízos para o bom
 54 andamento dessa ação a partir de organizações que já têm experiências na temática; o modelo
 55 proposto é o ideário, mas há municípios em que os prefeitos não mantêm diálogo com as
 56 organizações. A Conselheira Madalena ressalta que esse é um momento único, um novo
 57 processo de priorização da Medida Socioeducativa em Meio Aberto, que, enquanto programa,
 58 não deve ter aplicação aleatória, mas focada no SINASE, que estabelece como responsável pela
 59 coordenação da atividade as Secretarias Municipais de Assistência Social. O Conselheiro Daniel
 60 reflete que se há dificuldade das ONG's com os gestores, deve-se trabalhar para vencer esse
 61 obstáculo, vez que as ONG's são importantes parceiras na consecução dessas ações, embora
 62 fique claro que deve ser uma ação do município, com ou sem a participação das ONG's. Após
 63 algumas ponderações, resultando no entendimento de que é possível ampliar o alcance
 64 pretendido com o fortalecimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, o Conselho
 65 aprova que apoiará projetos que estejam sob a coordenação da Secretaria Municipal de
 66 Assistência Social ou correlata, bem como a lista de municípios elencados para dar o apoio
 67 visando à municipalização da Liberdade Assistida em Pernambuco, quais sejam: Barreiros (20
 68 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$
 69 4.867,62); Caruaru (50 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 40.563,50;
 70 Contrapartida do Município: R\$ 12.169,05); Garanhuns (30 metas – Valor a ser repassado pelo
 71 FEDCA/PE: R\$ 24.338,10; Contrapartida do Município: R\$ 7.301,43); Goiana (20 metas –
 72 Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$
 73 4.867,62); Jaboatão dos Guararapes (80 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$
 74 64.901,60; Contrapartida do Município: R\$ 19.470,48); Limoeiro (20 metas – Valor a ser
 75 repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$ 4.867,62); Palmares
 76 (25 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 20.281,75; Contrapartida do Município:
 77 6.084,52); Paulista (40 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 32.450,80;
 78 Contrapartida do Município: R\$ 9.735,24); Santa Cruz do Capibaribe (30 metas – Valor a ser
 79 repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 24.338,10; Contrapartida do Município: R\$ 7.301,43); São
 80 Bento do Una (20 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida
 81 do Município: R\$ 4.867,62); Timbaúba (20 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$
 82 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$ 4.867,62); Abreu e Lima (30 metas – Valor a ser
 83 repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 24.338,10; Contrapartida do Município: R\$ 7.301,43); Cabo de
 84 Santo Agostinho (35 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 28.392,00;
 85 Contrapartida do Município: R\$ 8.517,60); Igarassu (20 metas – Valor a ser repassado pelo
 86 FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$ 4.867,62); Itapissuma (12 metas –
 87 Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 9.734,40; Contrapartida do Município: R\$
 88 2.920,32); Olinda (70 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 56.784,00;
 89 Contrapartida do Município: R\$ 17.035,20); Recife (250 metas – Valor a ser repassado pelo
 90 FEDCA/PE: R\$ 202.697,20; Contrapartida do Município: R\$ 60.838,76); Petrolina (30 metas –
 91 Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 24.338,10; Contrapartida do Município: R\$ 7.301,43
 92); Gravata (20 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do
 93 Município: R\$ 4.867,62); Camaragibe (20 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$
 94 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$ 4.867,62); Arcoverde (20 metas – Valor a ser
 95 repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do Município: R\$ 4.867,62), e Glória
 96 do Goitá (20 metas – Valor a ser repassado pelo FEDCA/PE: R\$ 16.225,40; Contrapartida do
 97 Município: R\$ 4.867,62). O Repasse do Conselho será de 70% (setenta por cento), cabendo ao
 98 município arcar com 30 % (trinta por cento), que podem ser oriundos do tesouro municipal
 99 (Fundo municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal de
 100 Assistência Social ou Secretaria Municipal de Assistência Social) ou de outras fontes captadas
 101 pelos respectivos municípios. Dando sequência à reunião, o Juiz Humberto Vasconcelos
 102 apresenta aos conselheiros a proposta para construção de um prédio no terreno pertencente à
 103 FUNDAC - Centro Integrado da Infância e Juventude (Situado na Rua Fernandes Vieira – Boa
 104 Vista), propondo que funcione nesse prédio a nova sede do Conselho, bem como a sede

administrativa da FUNDAC, numa tentativa de reunir nesse Centro Integrado, importantes atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. É importante ressaltar que ali já funciona as Varas da Infância, GPCA, Triagem da FUNDAC, Promotoria da Infância e também se instalará a Defensoria Pública. A previsão é que o gasto seja em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). As conselheiras Rosa, Madalena, Conceição e Gênova e o Conselheiro Daniel questionam se estaria garantida a autonomia do CEDCA/PE ao se estabelecer num conglomerado de prédios ocupados, basicamente, por operadores do direito pertencentes ao Sistema de Justiça e Segurança. O Juiz Humberto afirma que sim e, concluindo, fica autorizado pelo colegiado a apresentar esboço desse projeto, a partir dos estudos técnicos realizados pela engenharia do Tribunal de Justiça. Os Conselheiros estudarão o assunto e, concomitantemente a isso, continuarão com a negociação referente à Casa situada na Av. Rui Barbosa (antiga sede da Secretaria de Justiça), vez que um estudo não inviabiliza o outro. No horário da tarde, a Presidente Eleonora, bem como a Vice-Presidente, Inalva, viajam para Fernando de Noronha, a fim de participarem do Seminário “Turismo Sustentável e Infância em Fernando de Noronha”. A 2ª Vice-Presidente, Lígia, também viajou para o município de Araripina a fim de participar dos trabalhos no Curso de Formação Acerca da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Enfrentamento em Rede; assim sendo, a coordenação dos trabalhos no horário da tarde fica sob a responsabilidade da Conselheira Madalena, que faz uma explanação aos representantes dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e das Secretarias Municipais de Assistência Social, presentes, sobre a proposição para conveniamento visando a municipalização da Liberdade Assistida em Pernambuco, com recursos do FEDCA/PE. Madalena inicia sua fala destacando que o estado de Pernambuco bateu recordes em número de adolescentes infratores internados, sendo este um dado que deve preocupar a todos os operadores do Sistema de Garantia dos Direitos. Informa que os projetos devem ser coordenados pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e que o período de execução é de 08 (oito) meses. A Sra. Kilma, da Secretaria Executiva de Desenvolvimento Social e Assistência informa que dos 5.000 (cinco mil) jovens previstos para atendimento nos Centros da Juventude, um percentual é para a questão da Medida Socioeducativa em Meio Aberto, dentro do programa “Vida Nova: Pernambuco Acolhendo a População de Rua”. O Secretário Executivo de Desenvolvimento e Assistência Social, Acácio Carvalho, concorda com a informação, registrando que dos recursos previstos para o “Vida Nova”, R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) são para apoio e fortalecimento das medidas socioeducativas em meio aberto. Após a exposição da conselheira Madalena, fica decidido: o CEDCA/PE deverá enviar para a lista de endereços eletrônicos informados pelos participantes o roteiro para o projeto básico e para o plano de trabalho, bem como a Resolução nº 20 e as metas e valores de cada um apresentadas na tabela. Essas informações também devem ser enviadas pelos correios para o endereço dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios elencados. Os municípios deverão enviar seus projetos até 31/03/08 (trinta e um de março de dois mil e oito), observando o roteiro para elaboração do projeto básico, do plano de trabalho e a Resolução nº 20. O Conselho também deve promover reuniões periódicas com os Conselhos Municipais e Secretarias Municipais de Assistência Social visando aprofundar a discussão sobre Liberdade Assistida e oportunizar a troca de experiências. Nada mais havendo a tratar, a Conselheira Madalena Peres Fucks, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a Assembléia às 17h (dezessete horas). Para constar, esta Ata após lida e aprovada será assinada pela Presidente.

Eleonora Pereira da Silva
Presidente do CEDCA/PE